

COMPETITIVIDADE TURÍSTICA E RACIONALIDADE ESPACIAL DO LITORAL POTIGUAR

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da
mariapontes@cchla.ufrn.br
Profa. Dra. - Depto. de Geografia / UFRN

Resumo: Várias políticas públicas de turismo têm sido implementadas no Nordeste brasileiro com a finalidade imprimir maior competitividade aos espaços turísticos da região. Qual a racionalidade manifestada na produção desses espaços turísticos? Que atores são privilegiados? De que forma o conjunto da população local se insere no espaço produzido para fins turísticos? A partir dessas questões iremos desenvolver o presente trabalho tendo como objetivo principal analisar o modelo de desenvolvimento turístico adotado em um dos Estados nordestinos que vem assumindo expressão turística – o Rio Grande do Norte –, identificando o tipo de racionalidade espacial expresso nesse modelo. Como hipótese inicial, consideramos que a inserção do Litoral Oriental Potiguar na economia globalizada através da atividade turística tem resultado num tipo de racionalidade perversa, uma vez que o espaço turístico produzido privilegia o agente externo e não o residente, reforçando a segregação sócio-espacial. A exclusão da população local dos espaços turistificados se manifesta tanto na exploração econômica da atividade, quanto no uso dos espaços públicos.

Palavras-chaves: Espaço, Turismo, Competitividade, Globalização e Nordeste Brasileiro.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos vêm ressaltando a relevância que o espaço assume no processo competitivo observado nos dias atuais, tais como Porter(1989), Harvey(1993), Possas(1996), Fonseca(2005) dentre outros. Tomando por base tais estudos podemos afirmar que, no contexto da globalização, o conteúdo do espaço gera condições diferenciadas de competitividade aos agentes econômicos e, no que se refere à atividade turística, a competitividade entre os destinos tem levado estes a se diferenciarem entre si, seja através da criação de espaços espetaculares e extraordinários, seja pela valorização das características sócio-culturais locais, manifestadas nas artes, tradições, identidades, história, ou ainda pela disponibilidade de infra-estrutura e equipamentos básicos e turísticos, de serviços de apoio ao turista, a qualidade do serviço prestado e a preservação do ambiente natural. Assim, as diferentes formas e conteúdos dos espaços assumem relevância na competitividade turística que emerge no contexto da acumulação flexível.

Várias políticas públicas de turismo têm sido implementadas no Nordeste brasileiro com a finalidade imprimir maior competitividade aos espaços turísticos da região. Qual a racionalidade manifestada na produção desses espaços turísticos? Que atores são privilegiados? De que forma o conjunto da população local se insere no espaço produzido para fins turísticos? A partir dessas questões iremos desenvolver o presente trabalho tendo como objetivo principal analisar o modelo de desenvolvimento turístico adotado em um dos Estados nordestinos que vem assumindo expressão turística – o Rio Grande do Norte –, identificando o tipo de racionalidade espacial expresso nesse modelo. Como hipótese inicial, consideramos que a inserção do Litoral Oriental Potiguar na economia globalizada através da atividade turística tem resultado num tipo de racionalidade perversa, uma vez que o espaço turístico produzido privilegia o agente externo e não o residente, reforçando a segregação sócio-espacial. A exclusão da população local dos espaços turistificados se manifesta tanto na exploração econômica da atividade, quanto no uso dos espaços públicos.

COMPETITIVIDADE E DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL

A análise dos fatores que geram a diferenciação espacial constitui uma constante nos estudos geográficos em seus diversos paradigmas teóricos-metodológicos e concordamos com Haesbaert(1999, p.20) quando observa que a “diversidade territorial continua sendo um *leitmotiv* fundamental na construção da geografia”.

No período atual, a competitividade se constitui num importante fator de diferenciação espacial, uma vez que a necessidade de criação de um ambiente que favoreça a competitividade implica em dotar o espaço de características que possibilitam aos agentes econômicos melhores condições para competir. Em trabalho anterior aprofundamos essa discussão observando que se os espaços competem entre si na busca de investimentos e, por outro lado, se os conteúdos dos espaços são definidores da competitividade entre os agentes econômicos, então consideramos que a competitividade é um elemento central para compreendermos os processos que geram as diferenciações encontradas no espaço geográfico (FONSECA, 2005).

Analisando a enorme expansão verificada na atividade turística nas últimas décadas constata-se que ocorre um acentuado aumento da competitividade entre as destinações turísticas. Nesse processo competitivo os produtos turísticos têm procurado se diferenciarem para se tornarem mais atraentes e conquistar novos clientes.

No entanto, a inserção competitiva desses espaços periféricos na economia global tem originado uma lógica perversa, onde a maior parte da população residente é excluída dos espaços produzidos para fins turísticos, ou seja, é uma inserção que gera processos de exclusão.

A INSERÇÃO DE ÁREAS PERIFÉRICAS NO MERCADO TURÍSTICO GLOBAL

No contexto da economia flexível, observa-se o surgimento de novos produtos no mercado, especialmente de produtos imateriais como, por exemplo, aqueles relacionados à indústria cultural e à atividade turística.

Com o desenvolvimento do turismo, áreas anteriormente periféricas e à margem do sistema econômico começam a ser inseridas no mercado turístico, uma vez que, em muitas dessas localidades, os elementos que compõem a paisagem natural encontram-se ainda em elevado estágio de preservação, justamente por não terem sido alvo de ocupações econômicas anteriores e, nesse momento, passam a ser valorizadas para a exploração da atividade turística, conforme aponta Rodrigues (1997).

Realmente, no espaço brasileiro as potencialidades turísticas são enormes, haja vista a rara beleza de suas paisagens paradisíacas ou o seu exotismo. No entanto, tais localidades apresentam muitas debilidades no que se refere à infraestrutura básica e serviços de apoio ao turismo, especialmente quando se trata de turismo internacional. Esse parece ser o caso da Região Nordeste do Brasil, uma região economicamente periférica no contexto do país.

Com o objetivo de inserir o litoral nordestino, de modo mais efetivo, na economia global por meio da atividade turística, agentes públicos e privados têm recorrido à criação de *clusters* turísticos (aglomerados) e investindo na melhoria dos equipamentos para propiciar maior competitividade aos espaços turísticos. Através dessas ações procura-se amenizar o quadro de carências infra-estruturais da Região.

Dentro desse contexto encontra-se o Estado potiguar, que a partir do final dos anos setenta vem, continuamente, desenvolvendo políticas públicas para promover a atividade turística.

Em meados dos anos oitenta, o governo estadual promoveu a implantação do Megaprojeto Parque das Dunas/Via Costeira (PD/VC), através do qual foi viabilizada a construção de infra-estrutura hoteleira com o objetivo de inserir o produto turístico potiguar na rota do turismo doméstico. Com a implementação desse Programa a atividade turística potiguar apresentou crescimento considerável na segunda metade dos anos oitenta (1986-1990): 44% do fluxo de hóspedes, 69% do número dos meios de hospedagens classificados ou em fase de classificação e 204% das agências de viagens (SETUR/RN).

No início do desenvolvimento da atividade turística o governo do estado do Rio Grande do Norte garantiu algumas facilidades para os empresários locais interessados em investir na hotelaria, através de incentivos financeiros e fiscais, conforme é mostrado nos trabalhos de Cavalcanti (1993) e Cruz (1994), resultando na criação do PD/VC, onde se concentra os maiores e melhores hotéis de Natal, a capital do Estado. A partir daí, observa-se a inexistência de uma política de incentivos para os investidores no segmento turístico, especialmente para os pequenos empreendimentos.

A partir do primeiro *boom* turístico potiguar ocorrido na segunda metade dos anos oitenta, observa-se a chegada de investimentos externos originados em outros Estados nordestinos ou da federação brasileira, localizados no Centro-Sul do país.

Dez anos depois, em meados dos anos noventa, o governo potiguar da continuidade ao seu projeto de promoção do turismo estadual com a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte I (PRODETUR/RN I), cuja finalidade era a dotação do espaço turístico de infra-estrutura básica (aeroporto, estradas, saneamento, urbanização, dentre outros). Os investimentos desse Programa propiciaram um novo período de expansão da atividade turística estadual, de modo que entre o início e o final da primeira etapa do Programa (1996-2002) temos os seguintes índices de crescimento: 84,86% dos meios de hospedagens, 36,09% da receita turística estadual, 127,35% do fluxo turístico global, onde se destaca o notável crescimento da demanda turística internacional que chega a 544,41% (SETUR/RN).

Tabela 1

Investimentos turísticos privados previstos atualmente no Litoral Potiguar Município	Procedência dos investimentos	Número de unidades hoteleiras	Número de unidades habitacionais
S. B do Norte	1 grupo português	3	600
S. Miguel do Gostoso	1 grupo português	6	1000
	1 grupo espanhol	3	400
Touros	5 grupos portugueses	6	370
	1 grupo espanhol	2	200
Rio do Fogo	1 grupo português	2	200
	1 grupo suíço	6	1200
Maxaranguape	1 grupo português	3	600
	1 grupo espanhol	3	700
	1 grupo norueguês	3	500
	1 grupo local	4	800
Ceará-Mirim	2 grupos italianos	4	920
	1 grupo da Rep. Dominicana	1	400
	1 grupo holandês	1	160
Extremoz	1 grupo local associado com outros grupos	4	1200
Natal (PD/VC)	1 grupo brasileiro	1	200
	1 grupo espanhol	1	420
	1 grupo suíço	1	160
Parnamirim	1 grupo brasileiro associado com operadora internacional	1	220
Nísia Floresta	1 grupo sueco	2	600
S. G. Avelino	1 grupo francês	6	1200
Tibau do Sul	Grupos brasileiros, portugueses e italianos	4	800
Baia Formosa	1 grupo português	2	300
	1 grupo alemão	1	180
TOTAL	70	13330	

FONTE: Tribuna do Norte – 30/07/2005

Concomitantemente a chegada de turistas internacionais verifica-se o início de investimentos turísticos de cadeias internacionais, procedentes principalmente

de Portugal, Espanha, Itália, mas também de outros países tais como Suíça, França, Noruega, Holanda, dentre outros. O processo de internacionalização dos investimentos turísticos no Rio Grande do Norte inicia-se com a chegada do grupo português Pestana, que se associa com um empresário local, e atualmente temos vários empreendimentos internacionais em implantação e muitos outros previstos, conforme dados divulgados na imprensa local (ver tabela 1).

A chegada desses novos empreendimentos representa o início de uma nova etapa do turismo potiguar, cujo marco foi a implantação do PRODETUR/RN I. Dessa forma, com a implantação desse Programa o Litoral Oriental Potiguar se insere no mercado turístico global.

A RACIONALIDADE DO ESPAÇO TURÍSTICO POTIGUAR

Existe uma racionalidade no espaço que se manifesta através da distribuição dos objetos e nas ações desenvolvidas pelos atores hegemônicos, conforme aponta Santos (1999). Na grande maioria dos casos, os espaços turísticos periféricos apresentam debilidades de diversas naturezas para que o desenvolvimento da atividade possa ocorrer de modo mais satisfatório e traga benefícios para os vários segmentos do grupo social envolvido. Comumente tais dificuldades têm gerado um tipo de racionalidade um tanto perversa, onde a população local é excluída tanto de seu espaço de lazer, quanto da exploração econômica da atividade turística de modo mais ativo, cabendo-lhe apenas algumas atividades residuais.

A problemática delineada acima está relacionada ao modelo turístico idealizado pelos agentes turísticos hegemônicos, isto é, o poder público e os empresários do segmento turístico. É importante destacar ainda um outro agente que assume importância na produção do espaço turístico representados pelos agentes imobiliários.

A partir da análise do modelo adotado para o desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte, podemos identificar a racionalidade do espaço litorâneo potiguar produzido para fins turísticos a partir de algumas características assumidas no processo de produção desse espaço, dentre as quais podemos destacar:

O enfoque preferencial pelos investimentos externos – Nas políticas de turismo idealizadas pelo poder público estadual sempre foi ressaltado a importância da atividade turística enquanto geradora de empregos e renda. Porém, não é discutida a forma mais adequada de como essa riqueza gerada pode ser distribuída entre os membros da comunidade, nem a qualidade dos empregos que absorvem a população local.

De fato, estudos desenvolvidos recentemente destacam a melhoria dos indicadores sócioeconômicos das localidades turísticas litorâneas. Fonseca (2005) observa a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos cinco municípios englobados no PRODETUR/RN I. Teixeira (2005) também ressalta a melhoria do padrão de vida da população dessas localidades, uma vez que essas populações eram bastante pobres anteriormente.

No entanto, analisando-se os investimentos turísticos no litoral potiguar observa-se que a grande maioria são efetuados por empresários procedentes de outras localidades, conforme é evidenciado nos estudos de Teixeira (2005) a respeito das Praias de Genipabu (Extremoz) e de Pirangi do Norte (Parnamirim) e de Araújo (2002) que aborda o caso da Praia de Pipa (Tibau do Sul).

Conforme Teixeira (2005, p.101), em Parnamirim os pequenos comerciantes locais não conseguem sustentar seus negócios com a chegada dos novos empreendimentos, pois

“os antigos comerciantes nativos não tiveram como investir em seus empreendimentos de forma a competir com os novos comerciantes e por isso deram lugar aos forasteiros que desejavam se estabelecer em Pirangi do Norte. Os poucos empreendimentos destinados à população local são, em geral, subempregos o que obriga os habitantes da localidade a buscar trabalho em outros lugares”.

Mais adiante a mesma autora ainda observa que “a mão-de-obra não é tão aproveitada pelos empresários do lugar (...) muitos empresários preferem a mão-de-obra da capital ou de outras localidades” (Teixeira, 2005, p.117). Tal como ocorre em Parnamirim, esse paradigma de desenvolvimento turístico onde os agentes extra-local exploram os recursos locais para a promoção da atividade e empregam população local basicamente em subempregos pode ser identificado ao longo de todo o Litoral Oriental Potiguar.

Considerando-se a pouca disponibilidade de capitais na maioria das localidades que passam por esse processo de turistificação, seria necessário que o poder público municipal em parceria com o estadual promovesse uma nova orientação política para promoção do desenvolvimento turístico, de modo que os membros da comunidade local atuassem também como empreendedores e não apenas servindo de mão-de-obra para serviços de pouca qualificação. Ou seja, seria necessário que a população local fosse melhor contemplada na promoção da atividade turística e isso exigiria um outro tipo de orientação política na condução do turismo estadual. Um turismo que se inspirasse no modelo de turismo comunitário, conforme discutido por Coriolano; Silva (2005), pelo menos para algumas das localidades litorâneas, com certeza teria condições de possibilitar melhor distribuição da riqueza gerada pelo turismo.

O privilegiamento do visitante em detrimento do residente – além de excluir a grande maioria da população dos benefícios econômicos propiciados pela atividade, o paradigma turístico adotado resulta na produção de um espaço onde a presença do visitante é mais valorizada do que a população local. Na medida em que a atividade vai se instalando verifica-se um processo de re-territorialização, onde os residentes são afastados de seu espaço de lazer na medida em que os mesmos passam a ser requalificados para desempenhar a função turística.

Em Natal a segregação da população residente dos espaços turísticos se manifesta através das seguintes formas:

- a refuncionalização do espaço, onde a atividade pesqueira desenvolvida na Praia de Ponta Negra é substituída pela turística;
- a intensa produção imobiliária nessa mesma área, de modo que as famílias dos pescadores vão vendendo seus imóveis para uma população de maior poder aquisitivo (em geral estrangeiros), além da acentuada valorização fundiária que torna pouco acessível à classe média natalense adquirir imóveis na principal área turística da cidade;
- a degradação sócioespacial da Praia de Ponta Negra (prostituição, poluição, tráfego, encarecimento dos serviços, dentre outros) que contribuiu, cada vez mais, para o afastamento do natalense dessa área de lazer;
- a privatização velada de espaços públicos promovida pelo modelo turístico-urbanístico implantado no PD/VC, de modo que a praia situada ao longo desse Megaprojeto turístico fica pouco acessível aos residentes e praticamente reservada aos hóspedes dos hotéis desse parque hoteleiro.

Além disso, nas demais comunidades praianas turistificadas a população autóctone vai se deslocando aos poucos para os arredores periféricos e, em muitos casos até a atividade pesqueira fica comprometida,

Assim, os processos espaciais observados desencadeiam uma nova territorialização onde o espaço produzido para fins turístico exclui, cada vez mais, o residente e passa a ser apropriado pelo visitante que paga para poder consumi-lo. Dentre os agentes hegemônicos responsáveis pela produção desse espaço, destacam-se: o poder público, os empresários do setor turístico e os produtores imobiliários.

Natal enquanto lócus privilegiado na promoção do turismo potiguar – a capital potiguar concentra os investimentos públicos e privados destinados à atividade turística. O principal produto turístico potiguar é Natal, enquanto as demais localidades situadas ao longo da faixa litorânea constituem subprodutos de Natal, excetuando-se Pipa em Tibau do Sul que tem conseguido se firmar enquanto destinação turística e, de certa forma, independentemente da capital.

Natal concentra as atividades econômicas, os serviços mais especializados, a infra-estrutura e as instituições, ou seja, é o território mais capitalizado do Estado. Por ter as condições de infra-estrutura mais satisfatórias, Natal foi alvo dos principais investimentos turísticos por parte do poder público estadual – o PD/VC e o PRODETUR/RN I. Ou seja, através dos investimentos turísticos por parte do governo estadual, é reforçada a centralidade de Natal no território potiguar (FONSECA, 2005).

Paralelamente aos investimentos públicos observa-se também a concentração dos investimentos privados na capital do Estado, de modo que Natal se configura como o principal espaço produtivo da atividade turística e as demais localidades, através de seus atrativos turísticos, dão sustentação ao espaço produtivo localizado na capital. Dessa forma, Natal desenvolve uma atividade econômica, baseada no turismo, explorando em grande parte os recursos encontrados nos demais municípios litorâneos. Nessa interação espacial Natal caracteriza-se por ser o principal espaço ganhador, para onde é drenada a riqueza

gerada pela atividade, estabelecendo-se, dessa forma, uma relação orgânica e assimétrica entre os distintos espaços que integram o território turístico potiguar.

CONCLUSÃO

Paralelo ao processo de globalização intensifica-se o crescimento da atividade turística, na medida em que há necessidade da difusão de novos produtos no mercado. Atualmente, percebe-se que muitas áreas economicamente periféricas têm se estruturado com o objetivo de se inserirem nos fluxos turísticos globais. Nesse contexto, encontra-se o litoral do Nordeste brasileiro onde vem ocorrendo um intenso processo de turistificação, resultado de políticas públicas que têm procurado inserir essa área na economia global, através da atividade turística.

Porém, o modelo turístico hegemônico adotado, que privilegia os resorts, grandes hotéis, investimentos internacionais, é bastante discutível se realmente se deseja promover uma melhoria das condições de vida das comunidades turistificadas, na medida em que esses tipos de investimentos exploram os recursos locais – a beleza paisagística – permanecendo para a população local apenas os efeitos residuais dessa exploração econômica.

Analisando-se a racionalidade do espaço turístico potiguar, observa-se que as ações dos atores hegemônicos reforçam uma assimetria espacial já existente, na medida em que Natal é eleita enquanto *locus* privilegiado dos investimentos turísticos públicos e privados, não favorecendo, portanto, uma melhor distribuição espacial dos efeitos econômicos dessa atividade.

Verifica-se também que na produção do espaço turístico é privilegiado o visitante em detrimento do residente, o que tem acentuado o processo de segregação sócio-espacial. Em muitas localidades a população local tem sido excluída até de espaços públicos, como ocorre no PD/VC em Natal. Na perspectiva dos espaços analisados, o princípio que considera que o espaço turístico deve ser pensado tendo em vista primeiramente o residente parece não ter assumido importância na produção dos espaços destinados a assumir a função turística.

Assim, se por um lado a competitividade turística gera diferenciações espaciais, por outro, como seria esperado, gera processos espaciais bastantes similares aos encontrados nas demais formas de produção do espaço, isto é, segregação e exclusão sócio espacial.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. C. C. *Uma viagem insólita. De um território pesqueiro a um “paraíso” turístico – Pipa/RN*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.
- BN. *PRODETUR/NE em ação. Ações estruturantes do turismo no Nordeste do Brasil*. Fortaleza, [2000 ?].
- BN/BID. *PRODETUR/NE*. Fortaleza, [2001 ?].

BID. *Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do Pólo Costa das Dunas*. 2002. Disponível em: www.iadb.org/regions/re1/br/br0323/eiabr323.htm. Acesso em 15, Agosto, 2002.

BENEVIDES, I. P. *Turismo e PRODETUR. Dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: EUFC, 1998.

CALS, J. Turismo y territorio: los terminos de uma dialética. In _____. *Ecologia, economia y turismo e el Mediterráneo*. 1986.

CAVALCANTI, K.B. *Estado e política de turismo. A Via Costeira de Natal*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993.

_____. *O perfil profissional do setor hoteleiro da Via Costeira da cidade de Natal*. Relatório de Pesquisa, Natal, 2001.

CORIOLOANO, L. N. *Do local ao global. O turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papirus, 1998.

_____; LIMA L.C. *Turismo comunitário e responsabilidade sócioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

_____; SILVA S.M. *Turismo e geografia. Abordagens críticas*. Fortaleza: EDUECE, 2005.

COSTA, A. A. *A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal/RN*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CRUZ, R.C. *Turismo e impacto em ambientes costeiros. Projeto Parque das Dunas / Via Costeira - Natal / RN*. Dissertação (Mestrado em geografia) – Departamento de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. A geografia do turismo no Brasil. Uma abordagem centrada na região Nordeste. In: LIMA, L.C. (Org.) – *Da cidade ao campo. A diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998. p. 340-355.

_____. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.

FONSECA, M.A.P. *Políticas públicas, espaço e turismo. Uma análise sobre a incidência espacial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte*. Tese (doutorado em geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: EDUFRN, 2005.

_____; P.FERREIRA, A. L. A; PETIT, A. C. Turismo, políticas públicas e produção imobiliária: novos caminhos da urbanização potiguar. In SOUZA, M. J. (Org.). *Políticas públicas e o lugar do turismo*. Brasília: UB/MMA, 2002. p. 123-136.

_____; PETIT, A. C. Turismo e trabalho em áreas periféricas. *Scripta Nova*. IV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/menu.htm. Acesso em: 22, março, 2003.

FRANGIALLI, F. *Intervención en el Congreso Internacional sobre el Desarrollo Turístico Integral de Ciudades Monumentales*. Granada: OMT, 2002.

- GOMES, R. C. C.; SILVA A. B.; SILVA V. P. Estado, turismo e mercado de trabalho. *Scripta Nova*. IV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/menu.htm. Acesso em: 22, março, 2003.
- GOMES, R. C. C.; VALENÇA M. M. (Orgs.). *Globalização e desigualdade*. Natal: A.S. Editores, 2002.
- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia.*, v. 1, 1999.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, D. *Condição pós moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola. 1993.
- _____. *Justice, Nature and geography of difference*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- LOPES JUNIOR, E. *A construção social da cidade do prazer: Natal*. Natal: EDUFRN, 2000.
- MARCELINO, A. M. *O turismo e a transformação do espaço e da paisagem litorânea potiguar*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.
- PORTER, M. E. *A vantagem competitiva das nações*. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- POSSAS, M. L. Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial. Implicações para o Brasil. In: _____ (Org.). *Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças*. Rio de Janeiro: Fórum Universitário, 1996. p.71-117.
- PMN/SEMURB. *Uso e parcelamento do solo*. Natal, 2003.
- ROBERTSON, R. *Globalização. Teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RODRIGUES, A. B. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR/NE. In RODRIGUES, A. A. B. (Org.). *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.145-162.
- _____. *Turismo e espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RUBIO, M. V. Turismo y territorio. *Estudios turísticos*. n.89, 1986.
- SÁNCHEZ, J. E. *Espacio, economia y sociedad*. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1991.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 3 ed, São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território*, n.6, jan-jun., 1999.
- SILVA, J. M. V. Pólos de desenvolvimento integrado do turismo: uma contribuição ao desenvolvimento do turismo regional. In OLIVEIRA, V. Q. S. F. (Org.) *Rio Grande do Norte: ética e desenvolvimento*. Natal, 2001.
- _____. *Infra-estrutura básica como instrumento para o desenvolvimento da atividade turística: a experiência do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE no Rio Grande do Norte*. Relatório de pesquisa. UNB, Brasília, 2002.
- SILVA, M. J. R. *Sombras em movimento: viagens e paradas ao encontro da migração*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

TEIXEIRA, K. S.S. *O reflexo do turismo na dinâmica do lugar. Um estudo em localidades turísticas do Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DANTAS, E. Redescobrimto milionário do RN. *Tribuna do Norte*. Natal, 30, julho, 2005.